



01/02/2019 10:33 - Justiça bloqueia R\$ 360 mil do SIM para pagar trabalhadores de transporte coletivo



O Consórcio SIM, empresa então responsável pelo transporte coletivo de Porto Velho, teve R\$ 360 mil bloqueados depois da audiência na 5ª Vara do Trabalho, que começou na manhã desta quinta-feira (31) na capital rondoniense.

O motivo, segundo o juiz William Kraemer Poerner, que leu a sentença, é pelo pagamento do ticket refeição e de cestas básicas – referentes a janeiro de 2019 – ainda pendente aos cerca de 730 trabalhadores do serviço na cidade.

A decisão foi tomada após a reunião que objetivava uma conciliação entre o consórcio e o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo (Sitetuperon).

O presidente do Sitetuperon, Francinei Oliveira, disse que a sentença foi recebida pela categoria "como um alívio" e que ainda aguarda um posicionamento da prefeitura da cidade, pois, segundo ele, o executivo municipal segue à procura de uma resolução para o impasse.

"Isso (bloqueio) foi só uma parcela, mas já é um alívio. A prefeitura adiantou pra gente que continua atrás de uma solução, que pode surgir a qualquer momento", ressaltou Francinei.

O presidente do sindicato disse ainda que os trabalhadores ajuizaram na 7ª Vara do Trabalho a demissão em massa em forma de rescisão indireta coletiva. Os funcionários decidiram assim no último dia 26 de janeiro por unanimidade.

A reportagem tentou contato com o consórcio SIM para saber mais detalhes do assunto. Porém, até o fechamento desta publicação, a empresa não se manifestou ou emitiu um comunicado sobre o caso.

A Amazônia Transportes Fretamento e Turismo Ltda (Amazontur), do Amapá (AP), se propôs a assumir o transporte coletivo na última quarta-feira (30), durante audiência no Fórum Cível do Tribunal de Justiça.

Em contrapartida, exigiu que o executivo municipal adiante R\$ 3,8 milhões para que os ônibus voltem a rodar nas ruas. O prefeito Hildon Chaves (PSDB) não confirmou se atenderá a exigência da Amazontur.

Fonte: G1 RO